TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA AMAZÔNIA: UHE BELO MONTE E O RRC "QUILÔMETRO VINTE E SETE" EM VITÓRIA DO XINGU, PARÁ

Geografia Socioambiental e Biogeografia

Luiz Carlos Bastos Santos – Doutor em Geografia pelo PPGEO/UFPA. Técnico Administrativo em Educação da FEF/UFPA. luizcarlosbastossantos@gmail.com.

Marcos Vinícius de Souza Braga – Graduando em Licenciatura Plena em Geografia pela FacGeo/UFPA.

Jhonatan Santana Padro – Graduando em Bacharelado em Engenharia Florestal pela FEF/UFPA.

Nathany Melo Machado Arcanjo – Mestrando em Geografia pelo PPGEO/UFPA.

RESUMO

Os grandes projetos hidrelétricos estabelecidos na Amazônia, têm se revelado como modelos de desenvolvimento que favorece as estratégias de expansão capitalistas sobre os territórios ocupados pelas populações locais. Consequentemente, para dar lugar ao empreendimento hidrelétrico de grande porte, as famílias, do espaço agrário amazônico afetado, são submetidas ao deslocamento compulsório. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é averiguar as transformações socioespaciais ocorridas no Reassentamento Rural Coletivo "Quilometro Vinte e Sete" em Vitória do Xingu, estado do Pará. A metodologia para a produção de dados aconteceu com a realização de entrevistas semiestruturadas com as 28 (vinte e oito) famílias que realocadas para o RRC e a observação direta. A análise dos dados aconteceu através da leitura, visualização e interpretação de todo o material produzido durante a pesquisa. Como resultado, apresenta-se que há um desequilíbrio na relação de semelhança entre a área estabelecida para a recomposição social, econômica e ambiental e o antigo território. Por fim, é possível considerar que a construção de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Belo provoca mudanças radicais nas dinâmicas do território amazônico

afetado. As famílias da área diretamente afetada pela construção desse tipo de obra, têm seus espaços usurpados.

Palavras-chave: Deslocamentos Compulsórios; Grandes Projetos; Hidrelétricas.

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos hidrelétricos estabelecidos na Amazônia, propostos pelo Estado, sob a égide do grande capital, têm se revelado como modelos de desenvolvimento que favorece as estratégias de expansão capitalistas sobre os territórios ocupados pelas populações locais, em atendimento aos interesses de uma economia globalizada (HERRERA, 2016). Esse processo sugere estar contribuindo com a progressiva desestruturação social, econômica e ambiental das famílias e do espaço agrário amazônico, diretamente afetados por esses megaempreendimentos (SANTOS, 2019).

As transformações socioespaciais causadas nas áreas afetadas, predominantemente, tornam inviáveis a permanência das populações nos seus territórios. Consequentemente, para dar lugar ao empreendimento hidrelétrico de grande porte, as famílias, do espaço agrário amazônico afetado, são submetidas ao deslocamento compulsório. Nessa perspectiva, é possível verificar em Santos (2019), que:

> As transformações socioespaciais causadas pela realização de megas obras de infraestrutura ocasionam, rotineiramente, a conversão do modo de produção do espaço, cujos efeitos demonstram seu caráter devastador sobre os recursos naturais. Tanto aqueles que são diretamente objeto de exploração (como no caso da hidroeletricidade, a água), quanto os demais recursos que são colateralmente afetados pela atividade capitalista, como os elevados índices de mortandade da ictiofauna, a supressão de imensas áreas de florestas, entre outros. Ademais, as transformações socioespaciais afetam substancialmente as populações locais que tem o seu modo de vida e condições espaciais transfigurados, devido a determinação capitalista sobre a produção do espaço agrário, que passa a subordiná-los ao atendimento de uma demanda mundializada. A exemplo, a exploração dos rios amazônicos que se tornam inviáveis ao uso tradicional através da pesca de subsistência (demanda local), para assumir a função de gerador de energia elétrica (demanda global). (SANTOS, 2019, p. 59)

A experiência recente, com a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em Vitório do Xingu, estado do Pará, revela a intensidade das mudanças que o espaço agrário e a população local são submetidas. As famílias são espoliadas de seus territórios, e o espaço é convertido e adaptado ao atendimento de uma demanda

exponencial pela exploração dos recursos naturais, especialmente, os hídricos (BECKER, 2012, p. 786).

No caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, para a sua implantação, houve o deslocamento compulsório de 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias, do espaço agrário diretamente afetado pela construção do empreendimento. Essas populações foram submetidas às seguintes modalidades compensatórias, pela perda de seus territórios: a) Indenização em dinheiro, 1.969 (hum mil e novecentos e sessenta e nove) famílias; b) Carta de crédito, 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) famílias; c) Realocação Urbana, 18 (dezoito famílias); d) Realocação em Áreas Remanescentes, 40 (quarenta) famílias, e; e) Reassentamento Rural Coletivo, 28 (vinte e oito) famílias (ARCANJO, 2019, p. 12).

O recorte geográfico da pesquisa é o Reassentamento Rural Coletivo "Quilometro Vinte e Sete", para onde foram deslocadas compulsoriamente 28 (vinte e oito) famílias, do espaço agrário diretamente afetado pela construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte. A relevância do enfoque do estudo está no fato daquela área ser estabelecida pelo empreendimento hidrelétrico como medida compensatória que, em tese, agregaria as melhores condições para a devida recomposição social, econômica e ambiental da população realocada naquele novo espaço.

Nesta senda, o mote da pesquisa é averiguar as transformações socioespaciais ocorridas no Reassentamento Rural Coletivo "Quilometro Vinte e Sete" em Vitória do Xingu, estado do Pará.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a produção de dados aconteceu através da realização de entrevistas semiestruturadas, com a aplicação de questionários com 27 famílias (vinte e sete) residentes no RRC famílias, destaca-se que das 27 famílias entrevistadas apenas 16 faziam parte das famílias realocadas no ano de 2015 a 2016, e a realização da observação direta (GIL, 2008, p. 130). As entrevistas semiestruturadas e a observação direta foram realizadas no período de 2017 a 2019.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as famílias submetidas ao deslocamento compulsório para o Reassentamento Rural Coletivo "Quilômetro Vinte e Sete". Na ocasião das incursões em campo foram realizadas observações do novo espaço, o RRC, estabelecido como área de recomposição social, econômica e ambiental para as

famílias. Enquanto, a análise dos dados aconteceu através da leitura, visualização e interpretação de todo o material produzido durante a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As famílias deslocadas compulsoriamente para o Reassentamento Rural Coletivo "Quilômetro Vinte e Sete", vivenciam um processo de adaptação ao novo espaço. Porém, o resultado da pesquisa sinaliza que há um desequilíbrio na relação de semelhança entre a área estabelecida para a recomposição social, econômica e ambiental e o antigo território, que foi usurpado (SANTOS, 2019).

Ademais, infere-se que, o componente humano, mais uma vez, não recebeu o tratamento adequado, quando houve a elaboração de mais um grande projeto hidrelétrico, que foi desenvolvido na Amazônia, nesse caso, a UHE Belo Monte (NAHUM, 2011). Mesmo essa grande obra sendo apresentada, como vetor de benesse social para a população do territorial atingido e, especialmente, para as 28 (vinte e oito) famílias realocadas compulsoriamente, o fato de apenas 16 (dezesseis) permanecem na nova área, contribui para que seja considerado que esse projeto não produziu desenvolvimento na região (SANTOS, 2019).

O RRC "Quilômetro Vinte Sete" por ter sido criado como área de compensação, e pode ter o dever de possuir recursos mínimos para que as famílias possam realizar a devida recomposição social, econômica e ambiental, não tem se apresentado como um espaço adequado para atender tais necessidades. O elevado índice de evasão das famílias do RRC, que atinge quase 50% é um forte indicador de que o projeto pode ter sido falho.

Adicionalmente, entre os motivos que levam a essa renúncia, ganha destaque o fato de as famílias estarem adaptadas à vida próxima ao rio Xingu, enquanto o RRC não está localizado próximo a um grande corpo d'agua. Dessa forma, atividades como a pesca e o deslocamento com o uso de barco à motores, foram substituídos por práticas produtivas, como o cultivo do cacau e a criação de peixes através de tanques (ARCANJO, 2019, p. 12).

Além disso, a mobilidade passou a ser com uso de veículos automotores rodoviários, especialmente, carros e motos. O deslocamento da área rural até o espaço

urbano se tornou um problema severo, pelo fato de a maior parte das famílias não possuírem veículos e o "carro de linha" só passar 1 (uma) vez por semana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de grandes empreendimentos, como a Usina Hidrelétrica de Belo provoca mudanças radicais nas dinâmicas do território amazônico afetado. As famílias da área diretamente afetada pela construção desse tipo de obra, têm seus espaços usurpados.

O deslocamento compulsório das famílias é uma das múltiplas e graves consequências, que a instalação de grande empreendimento hidrelétrico causa. O estabelecimento de novas áreas, sintéticas, como o RRC, a fim de reproduzir o território original, não vem se mostrando eficaz, na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ARCANJO, Nathany Melo Machado. **Produção do Espaço do Reassentamento Rural Coletivo KM 27 Vitória do Xingu/PA**. 2019. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

BECKER, Bertha Koiffmann. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 783-790, set./dez. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

HERRERA, José Antônio. A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 11, n. 23, edição especial, p. 136-164, jun., 2016. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT112305.

NAHUM, João Santos. Região, Discurso e Representação: A Amazônia nos Planos de Desenvolvimento. **Boletim de Geografia**., Maringá, v. 29, n. 2, p. 17-31. 2011.

SANTOS, Luiz Carlos Bastos. **Desenvolvimento capitalista e condição de vida de famílias deslocadas compulsoriamente para Reassentamento Rural Coletivo em Vitória do Xingu, Estado do Pará**. 2019. 179 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.